



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DÊSTE NÚMERO — \$05

Toda a correspondência, quer official quer relativa à assinatura do *Diário do Governo* e à publicação dos anúncios, deve ser dirigida à Direcção Geral da Imprensa Nacional, bem como os portó-dicos que trocam com o mesmo *Diário*.

ASSINATURAS			
As 3 séries . . .	Ano 24\$	Semestre	12\$50
A 1.ª série. . . .	11\$	"	6\$00
A 2.ª série. . . .	9\$	"	5\$00
A 3.ª série. . . .	7\$	"	3\$50
Avulso: Número de 2 pág., \$03; do mais de 2 pág., \$03 por cada 2 pág. ou fracção			

O preço dos anúncios é de \$24 a linha, acrescido de \$01(5) de sôlo por cada um, devendo vir acompanhados das respectivas importâncias. As publicações literárias de que se recebem 2 exemplares annucliam-se gratuitamente.

SUMARIO

Ministério das Finanças:

Decreto n.º 6:581, abrindo um crédito especial da quantia de 48.000\$ destinado a reforçar a verba inscrita na proposta orçamental para cotas aos empregados das alfândegas.

Nova publicação, rectificada, da tabela de salário diário ao pessoal a cargo das comissões administrativas das Alfândegas de Lisboa e Pôrto, que faz parte integrante do decreto n.º 6:529, de 12 de Abril de 1920.

Ministério do Trabalho:

Portaria n.º 2:258, autorizando a Companhia de Seguros A Nacional, com sede em Lisboa, a reformar os seus estatutos.

Portaria n.º 2:259, autorizando a Companhia de Seguros Extremadura, com sede em Leiria, a explorar um novo ramo de seguros.

Ministério da Agricultura:

Decreto n.º 6:582, permitindo aos cultivadores de cana sacarina da freguesia do Fainal, da Ilha da Madeira, o destilar, de conta própria, a quantidade de cana excedente à que pelo respectivo rateio compete adquirir às fábricas de aguardente daquella freguesia.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 6:581

Sob proposta do Ministro das Finanças, com fundamento no artigo 7.º do decreto n.º 6:448, de 13 de Março de 1920: hei por bem, tendo ouvido o Conselho de Ministros, decretar o seguinte:

É aberto no Ministério das Finanças, e a seu favor, um crédito especial da quantia de 48.000\$, destinado a reforçar a verba de 240.000\$ inscrita na proposta orçamental para 1919-1920, no capítulo 15.º «Serviços das Alfândegas», artigo 68.º «Cotas aos empregados das Alfândegas» — «Carta de lei de 16 de Agosto de 1887 e artigo 179.º do decreto n.º 4:560, de 8 de Julho de 1918».

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública, nos termos do artigo 1.º do decreto n.º 2 de 15 de Dezembro de 1894, e examinado e visado pelo Conselho Superior de Finanças, nos da alínea a) do n.º 2.º do artigo 13.º do regimento do mesmo Conselho, de 17 de Agosto de 1915.

O Presidente do Ministério e os Ministros das demais Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 27 de Abril de 1920. — ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA — *António Maria Baptista — José Ramos Preto — Francisco de Pina Esteves Lopes — João Estêvão Aguas — Joaquim Pedro Vieira Júdice Becker — Xavier da Silva — Aníbal Lúcio de Azevedo — Fernando Pais Teles de Utra Machado — Vasco Borges — Bartolomeu de Sousa Severino — João Luís Ricardo.*

Direcção Geral das Alfândegas

2.ª Repartição

1.ª Secção

Por ter havido inexactidões, novamente se publica a seguinte tabela, que faz parte integrante do decreto n.º 6:529, inserto no *Diário do Governo* n.º 76, 1.ª série, de 12 do corrente:

Tabela do salário diário ao pessoal a cargo das comissões administrativas das Alfândegas de Lisboa e Pôrto

Designação das profissões	Alfândegas			Salários diários	Despesa diária
	De Lisboa	Do Pôrto	Total		
Escrutinários	10	2	12	2\$30	27\$60
Mestres de officina	2	2	4	3\$30	13\$20
Encarregados	2	—	2	2\$80	5\$60
Capatazes ou olheiros	1	—	1	1\$80	1\$80
Operários (officiais de forjador ou ferreiro, serralheiro, carpinteiro civil, naval ou de machado, calafate, torneiro, caldeireiro, pedreiro, pintor, marceneiro, electricista, caiador, etc.)	46	16	62	1\$80	111\$60
Ajudantes, malhadores, servente, tro-lhas ou trabalhadores	16	5	21	1\$40	29\$40
Aprendizes	—	2	2	\$60	1\$20
Soma	77	27	104		190\$40

Por cada período de cinco anos de efectivo serviço, até o máximo de vinte e cinco anos, têm direito ao aumento de \$20 diários nos respectivos salários.

Ministério das Finanças, 12 de Abril de 1920. — O Ministro das Finanças, *Francisco de Pina Esteves Lopes.*

MINISTÉRIO DO TRABALHO

Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e de Previdência Geral

Direcção dos Serviços de Seguros Industriais

Portaria n.º 2:258

Tendo a Companhia de Seguros A Nacional, com sede em Lisboa, requerido autorização para reformar os seus estatutos, conforme a deliberação da sua assemblea geral de 17 de Janeiro dêste ano: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Trabalho, de harmonia com o parecer favorável do Conselho de Seguros, autorizar a referida Companhia de Seguros A Nacional, com sede em Lisboa, a reformar os seus estatutos, em conformidade com os documentos que apresentou e ficam arquivados na Direcção dos Serviços de